

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ANA PAULA DIAS PIMENTEL**

**FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS  
NO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS ARNELDO MATTER DO MUNICÍPIO  
DE SÃO BORJA**

**SÃO BORJA  
2016**

**ANA PAULA DIAS PIMENTEL**

**FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS  
NO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS ARNELDO MATTER DO MUNICÍPIO  
DE SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Jocenir de Oliveira Silva

**SÃO BORJA  
2016**

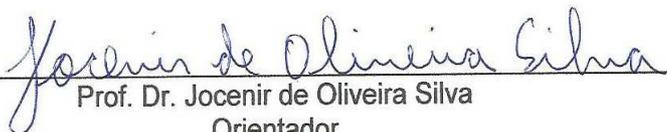
**ANA PAULA DIAS PIMENTEL**

**FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES DE CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS NO GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS ARNELDO MATTER NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA**

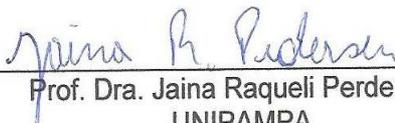
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 08 de dezembro de 2016.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Jocenir de Oliveira Silva  
Orientador  
UNIPAMPA



Prof. Dra. Jaina Raqueli Perderson  
UNIPAMPA



Prof. Dra. Elisângela Maia Pêsoa  
UNIPAMPA

Dedico esse trabalho aos meus pais Arami e Marly, ao meu esposo Rafael, minha filha Maria Cristina que sempre me incentivaram na busca pelo conhecimento, dando-me apoio, amor, carinho e compreensão. Essa vitória também é de vocês.

## AGRADECIMENTO

Chegou o momento de agradecer a muitas pessoas que fizeram parte de alguma forma dessa trajetória e conquista que hoje celebro.

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

Aos meus Filhos Alexandre (*in memorian*) e Maria Cristina, por cada abraço, cada sorriso que muitas vezes me confortava e me dava ânimo a continuar diante dos momentos difíceis. Mesmo sendo pequena, compreendia que era preciso a mamãe se ausentar para estudar. Essa conquista é nossa, filha.

Agradeço ao meu amigo, companheiro e esposo Rafael, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, que sempre demonstrou amor, carinho, e admiração que sente por mim.

Ao meu pai Arami, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo, homem pelo qual tenho maior orgulho de chamar de pai, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado enxugando minhas lágrimas, não me deixando desistir. Quando dizia “- Maninha vai chegar momentos em tua vida que vai querer desistir, não desiste, sempre vou estar aqui para te apoiar”. Pai, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

A minha mãe Marly, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apóia e acredita na minha capacidade, mãe dedicada e amiga, que abriu mão de muitas coisas para me proporcionar a realização deste trabalho, meu eterno agradecimento pelos momentos em que estive ao meu lado.

Ao Filipe, meu irmão e amigo, por sempre estar ao meu lado no qual é impossível não reconhecer todo um conjunto de extraordinárias qualidades, obrigada pelas conversas, risadas, caronas, pelo seu ombro, por não desistir de mim. Meu Grande Irmão, eu lhe sou muito grata por tudo.

Fernando, você tem sido um irmão maravilhoso, obrigada pelos conselhos, e pelo carinho e atenção que sempre teve comigo, sempre me apoiando em todas as minhas decisões.

A minha madrinha Nina obrigada por me ajudar, por me aconselhar, por me proteger, obrigada por falar quando estou errada, por ter esse carinho tão grande por mim. Essa conquista também é sua.

Obrigada a minha sogra Carmem e sogro Mario pela paciência, pelo incentivo e principalmente pelo carinho.

Ao meu cunhado Jackson Carvalho Yamamoto pela tradução em Japonês.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas, pelas constantes trocas de conhecimento, pela amizade e bons momentos de convívio, em especial a Emilene Oliveira, Ana Maria Capelli, Vera Gruendeman, Silvia Sasso.

Ao professor Edison Ouriques, meu supervisor de estágio e amigo, que me proporcionou os conhecimentos necessários para exercer minhas atividades com ética e responsabilidades.

Agradeço ao meu professor orientador Jocenir de Oliveira que teve paciência e que me ajudou bastante á concluir este trabalho.

As professoras que fazem parte da minha banca de TCC, Professora Elisângela MaiaPessoa e Professora Jaina Pedersen por aceitarem o meu convite e por estarem contribuindo dessa forma para a minha formação.

Aos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS- ArneldoMatter pelo acolhimento no processo de estágio, pelo conhecimento transmitido e experiências vividas.

.

.

“Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles”.

**Augusto Cury**

## RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação – TFG – refere-se a um relato da síntese de experiência vivenciada pela acadêmica no estágio supervisionado curricular obrigatório em Serviço Social I e II, sendo esse realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ArnaldoMatter no município de São Borja /RS, no período de outubro de 2014a julho de 2015.O trabalho consiste no resultado de uma pesquisa bibliográfica que visa apresentar-se um resgate da trajetória dos direitos da criança e adolescente a partir de uma perspectiva histórica até os dias atuais. Ressalta-se o grande marco histórico que eleva as crianças e adolescentes a sujeitos de direitos, a promulgação da Constituição Federal de 1998, mais exatamente no artigo 227 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Logo, faz-se uma breve contextualização sobre a importância do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) o qual é um espaço sócio ocupacional do Assistente Social no âmbito da política de Assistência Social a partir da consolidação do SUAS. O relato de experiência teve por objetivo de contribuir no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com o grupo de crianças de 0 a 6 anos e suas mães, do CRAS ArnaldoMatter, a fim de fortalecer vínculos familiares.

**Palavras-chave:** Família, Criança e Adolescente, Fortalecimento de Vínculos

## ABSTRACT

The present Final Graduation Work - TFG - refers to an account of the synthesis of experience lived by the academic in the supervised curricular supervised stage in Social Work I and II, being realized in the Center of Reference of Social Assistance (CRAS) Arnaldo Matter in the Municipality of São Borja, RS, from October 2014 to July 2015. The work consists of the result of a bibliographical research that seeks to present a rescue of the trajectory of the rights of the child and adolescent from a historical perspective until the current days. The great historical milestone that elevates children and adolescents to rights subjects, the promulgation of the Federal Constitution of 1998, more precisely in article 227 and the adoption of the Statute of the Child and the Adolescent (ECA, 1990). Therefore, a brief contextualization is made on the importance of the Social Assistance Reference Center (CRAS), which is an occupational social space of the Social Worker within the scope of the Social Assistance policy based on the consolidation of SUAS. The experience report had the objective of contributing to the Coexistence and Linkage Strengthening Service (SCFV) with the group of children from 0 to 6 years old and their mothers, from CRAS Arnaldo Matter, in order to strengthen family ties. It is also worth noting that for the presentation and reflection the documents prepared and presented in the subjects of Supervised Internship I and II, for example, Diário de Campo, Institutional Analysis, Intervention Project and Report were searched.

**Keywords:** Family, Child and Adolescent, Strengthening of Links

## 抽象的な

現在の卒業の最終作業TFGは、社会援助（CRAS）の参照センターで実現されているソーシャルワーカーIおよびIIにおける監督教科課程の監督段階で学者が経験した経験の統合の記述を参照しています。

### Arneldo

MatterサンボルハIRSの自治体で、2014年10月から2015年7月まで、この仕事は、子供と青年の権利の軌道の救助を歴史的な視点から現在の時代まで提示することを目的とした書誌的研究。子供と青少年を権利問題に昇格させる大きな歴史的マイルストーン、1998年の連邦憲法の公布、より正確には第227条、子どもと青年規約（ECA、1990）の採択。したがって、SUASの統合に基づく社会扶助政策の範囲内のソーシャルワーカーの職業的社会的空間である社会扶助参照センター（CRAS）の重要性について、簡単な文脈化がなされている。経験談は、家族関係を強化するために、CRAS Arneldo Matterの0歳から6歳までの子供たちとの共存と連携強化サービス（SCFV）に寄与することを目的としていました。プレゼンテーションとレポートのために、監督されたインターンシップIとIIの科目で作成され提示された文書は、例えばディアリオデカンボ、制度分析、介入プロジェクトと報告書などで検索されました。

**キーワード：**家族の子どもと青年のリンクの強化

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ECA** – Estatuto da Criança e Adolescente

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**NOB/SUAS** - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

**PNAS** – Política Nacional de Assistência Social

**PAIF** - Programa de Atenção Integral à Família

**SCFV** - Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculo

**SMTASC** - Secretaria Municipal do Trabalho Assistência Social e Cidadania

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. RETOMANDO CONCEITOS FAMÍLIA E CRIANÇAS E ADOLESCENTES...15</b>	
2.1 Conceitos históricos da família.....	15
2.2 A Criança e Adolescente no Brasil .....	20
2.3 Violências contra Criança Adolescente.....	24
<b>3. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS ARNELDO MATTER.....</b>	<b>33</b>
3.1 A Política de Assistência Social: Breves Considerações.....	33
3.2 A Política de Assistência Social no Município de São Borja.....	41
<b>4. DESVENDANDO A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO.....</b>	<b>47</b>
4.1 O Centro de Referência de Assistência Social ArneldoMatter.....	47
4.2 O Projeto de Intervenção Junto ao Grupo de Convivência de Crianças de 0 a 6 anos no CRAS ArneldoMatter: “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares” .....	51
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação (TFG) é um requisito do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – Campus São Borja/RS, para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Este TFG constitui-se um Relato de Experiência de Estágio em Serviço Social, realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Arnaldo Matter, no Município de São Borja/RS. A experiência de estágio se deu através do Projeto de Intervenção denominado “Brincando e Aprendendo com Amor – Fortalecendo os Vínculos Familiares”, elaborado a partir de observações da realidade dos usuários do CRAS durante o processo de estágio.

O tema e local escolhidos para a realização do projeto de intervenção deram-se a partir da vivência de estágio supervisionado realizado no CRAS, ambiente em que se observou a necessidade de fortalecer os laços afetivos entre mãe e filho(a). Partindo dessas observações o projeto de intervenção foi desenvolvido com o objetivo de contribuir no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com criança de 0 a 6 anos e suas mães. Destaca-se que a acadêmica buscou subsídios em documentos de sua autoria, como, por exemplo: análise institucional, diário de campo, relatório de estágio e projeto de intervenção.

Assim, este trabalho está formatado em três capítulos, sendo o primeiro relativo a esta introdução, que servirá para situar o leitor a respeito do assunto abordado neste trabalho final de graduação.

O segundo capítulo busco problematizar o conceito de família e faço um breve resgate histórico para compreender a violação de direitos da criança e adolescente a qual busca problematizar a infância e a adolescência no Brasil e as discussões e reflexão sobre as legislações que antecederam o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) quando começam a ser visto como sujeito de direitos.

No terceiro capítulo será abordado o campo de estágio, que é constituído pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como as políticas de assistência social no município de São Borja, visto que o CRAS é a porta de entrada dos usuários à rede de proteção social básica para o atendimento de crianças, adolescente e as famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social.

No quarto capítulo aborda o relato de experiência do estágio Supervisionado em Serviço Social I e II executado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Arnaldo Matter no município de São Borja/RS, trazendo seus objetivos, o trabalho desenvolvido pela instituição, bem como o trabalho desenvolvido pelo profissional de serviço social neste espaço sócio ocupacional.

Ainda neste item o projeto de intervenção desenvolvido pela estagiária de Serviço Social é colocado em evidencia, pois foi a partir do mesmo que se pode perceber como as expressões da questão social se apresentam na realidade das famílias atendidas no CRAS bem como elaborar e colocar em pratica um projeto que buscou incluir e envolver a família nos programas e projetos que são ofertados pelas políticas sociais no referido campo de estágio.

Por fim são apresentadas as considerações finais referentes ao trabalho desenvolvido.

## **2. RETOMANDO CONCEITOS DE FAMÍLIA E CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Este capítulo contextualizará um pouco a evoluçãodas famílias, como se estabeleceram e se transformaram no transcorrer da história da humanidade. Também será realizada uma retrospectiva histórica para compreender a violação de direitos da infância e juventude nas suas mais variadas formas e nos diversos contextos em que o mesmo acontece.

Busca-se também problematizar a infância e a adolescência no Brasil, fazendo uma retrospectiva em relação ao atendimento que a infância e a juventude obtiveram desde o início da colonização portuguesa. Igualmente se discutem os Códigos de Menores de 1927 e 1979, que estabeleciam diferenças de tratamento para crianças pobres e ricas, até o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), quando começam a ser vistos como sujeito de direitos.

### **2.1 Conceitos históricos da família**

A evolução do homem social tem como primeiro eixo a família, nas suas diversas formas. Ao longo da história, vem sendo discutido e compreendido por muitos cientistas, perante os diferentes estágios e variadas formas de entendimento (na escrita ou por meio das figuras representativas).

Nesse caso, ao analisarmos Ariés (2006), as gravuras por ele representadas revelam que a vida e as tarefas profissionais ou sociais até o século XV, jamais retratavam a vida privada. Os cenários representados não ocorrem somente nas ruas. O autor expõe citações e elementos de um calendário do século XVI descoberto em um museu em Toulouse:

Na cena do mês de julho, a família está reunida num retrato, [...], mas com um detalhe adicional que tem sua importância: a presença dos criados ao lado dos pais. O pai e a mãe estão no meio. O pai dá a mão ao filho, e a mãe, à filha. O criado está do lado dos homens, e a criada ao lado das mulheres, pois os dois sexos são separados [...]. Os criados fazem parte da família. Agosto é o mês da colheita, mas o pintor se empenha em representar, mais do que a própria colheita, a entrega da colheita ao senhor, que tem nas mãos moedas para dar aos camponeses [...]. Outubro: a refeição em família. Os pais e as crianças estão sentados à mesa [...]. Novembro: o pai está velho e doente, [...]. Dezembro: toda a família está reunida no quarto, em torno do pai que agoniza [...]. ao fundo, percebe-se uma criança pequena: sem dúvida o neto, a próxima geração que

continuar a família. Portanto, esse calendário assimila a sucessão dos meses do ano à das idades da vida, mas representa as idades da vida sob a forma da história de uma família (ARIÈS, 2006, p. 136).

O trecho acima retrata a privacidade familiar, com satisfação e sofrimento, no entanto a expressão das ilustrações e seus conceitos de família também se transformam, revigorando o sentimento da família, suas culturas e crenças. Existia, porém, divergência entre as famílias, a nobre e rica e a dos serviçais, criados e desfavorecidos. Enquanto os herdeiros das primeiras recebiam um ensinamento meticuloso, os outros apreendiam com a convivência e experiências vivenciadas em casa.

Essa evolução da família [...] durante muito tempo se limitou aos nobres, aos burgueses, aos artesãos e aos lavradores ricos. Ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e a mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais (ARIÈS, 2006, p. 189).

Desse modo, não tão diferente dos dias atuais, as pessoas de baixa renda nunca usufruem as mesmas oportunidades que os indivíduos de maior poder aquisitivo, demonstrando portanto “uma relação entre o sentimento da família e o sentimento de classe” (ARIÈS, 2006, p. 195). As famílias burguesas não aceitavam a convivência com a classe proletária. As famílias e os grupos reuniam cidadãos que se aproximavam por sua afinidade moral e semelhança de sua classe social e econômica (ARIÈS, 2006).

Advindo ao tempo presente, até hoje os indivíduos se unem por algum motivo, seja ela por afinidade, hábitos e cultura, no entanto essa divisão de classe ainda é conservada. Engels e Marx (2002), no seu livro sobre a origem da família, retrata a evolução fundamentada nos estudos realizados por pesquisadores de sua época, no qual se interessavam em desvendar a transformação da família e suas organizações sociais e econômicas no seu cotidiano.

Segundo Engels e Marx (2002) é relevante estudar as etapas da evolução da cultura para problematizar as transformações na sociedade e assim na família. Para tanto, o autor enfatiza três fases principais, entre as quais realiza uma comparação deles com as mudanças culturais: o primeiro é o estado selvagem, que se trata da

apropriação dos produtos naturais prontos para a utilização, seria conceituado como infância do gênero humano, referindo-se à estruturação por grupos, em que cada homem pertenceria a todas as mulheres e cada mulher pertencia a todos.

O segundo é a barbárie, quando aparecem a agricultura e o adestramento dos animais. Nesta época, à medida em que avançam as tarefas do homem, moderniza-se a produção dos recursos da natureza, esta compensando à família sindiásmica, identificada pela restrição ao grupo a sua unidade última que é o par, isto é, o casal.

O terceiro período é o da civilização, que expressa a forte chegada da indústria, a formação cada vez mais complexa dos itens naturais e a origem das artes. O modelo familiar semelhante é o monogâmico, que consiste na influência do homem e tem por finalidade a procriação dos filhos e a conservação da riqueza através da própria riqueza.

A transformação da formação da família e as relações que transpassa da primeira fase a família consanguínea até a família monogâmica, demonstra como ela se caracteriza nas suas relações sociais e econômicas. A família ao longo da história teve diferentes definições:

Em sua origem, a palavra *família* não significa o ideal – mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas [...] – a princípio, entre os romanos, não se aplicava sequer ao par de cônjuges e aos seus filhos, mas somente aos escravos. *Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem (ENGELS; MARX, 2002, p. 58).

Segundo os autores Engels e Marx (2002), para identificar as relações sociais e sua autoridade, a manifestação foi criada pelos romanos para constituir uma nova entidade social, do qual o patriarca mantinha sob seu comando a mulher, os filhos e escravos, com exclusivo poder romano e o direito a vida e morte sobre todos (ENGELS; MARX, 2002).

Os autores falam que esclarecer a origem da família não é uma tarefa simples, pois requisita um estudo minucioso, no entanto nos revela que em alguns grupos para serem consagradas como família, a mesma deve ser inserida em uma relação monogâmica, podendo existir casos de relações poligâmicas por parte dos homens e por ao longo da história essa relação foi alterada originando-se na

diminuição de relação homem e mulher e assim permanecendo o casamento monogâmico (ENGEL; MARX, 2002).

Dizer família na atualidade inclui descrever as diferentes configurações que ela apresenta, para Simões (2010), a família natural, de origem biológica, é constituída por pais, filhos, avós que tem uma ligação consanguínea; a monoparental é formada somente pelo pai ou apenas pela mãe com seus filhos; a família anaparental, é composta por parentes consanguíneos ou pessoas com quem os membros desenvolvem laços afetivos, porém sem os pais; a família homoafetiva é estabelecida por pessoas do mesmo sexo num contexto familiar tal qual o do casamento; a família substituta é aquela que acolhe um ou mais dos seus membros através de medidas judiciais, como por exemplo, a tutela, a guarda e a adoção.

Estudos indicam uma evolução da diversidade na configuração do grupo, a família na atualidade já não pode ser citada na sua forma tradicional, já que vem gradualmente se reconfigurando. “A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como modelo único ou ideal” (KALOUSTIAN, 2011, p.10).

De acordo com o autor, independente de como esta se configurando a família na contemporaneidade, o papel dela continua sendo o mesmo, ou seja, de proteção. O número crescente de notícias sobre os novos arranjos familiares, que têm surgido na mídia nos últimos tempos, revela uma nova realidade e questiona o modelo clássico da família como um modelo que já não se encaixa nos dias atuais. Novas configurações alertam para a complexidade das relações familiares que se manifestam na atualidade.

A família pode ser como um núcleo de pessoa que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Eles têm como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontram dialeticamente articulado com a estrutura social na qual esta inserido. (MIOTO, 1997, p.120).

Conforme a autora, o conceito de família é bastante abrangente. A família no desempenho de papel fundamental do desenvolvimento do cidadão mãe se configura mais apenas como papéis de pai, mãe e irmãos.

De acordo com Pedersen (2010) outros aspectos podem ser destacados para expressar o crescimento dos novos arranjos familiares, como: a função de provedor não mais somente ao homem, pois a inserção feminina no mercado de trabalho cresce cada vez mais, em virtude da própria crise do emprego.

As diferentes formas apresentadas para configurar a família na contemporaneidade entendem que família compreende um significado maior que o alcance mais simples e tradicional da palavra. Para este estudo, leva-se uma concepção de que:

A família constitui a instância básica, na qual o sentimento de pertencimento e identidade social é desenvolvido e mantido e, também, são transmitidos os valores e condutas pessoais. Apresenta certa pluralidade de relações interpessoais e diversidades culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas, em uma rede de vínculos comunitários, segundo o grupo social que está inserida (SIMÕES, 2010, p. 185).

É na família que o homem desenvolve o primeiro espaço de socialização, na qual temos que considerar que cada um de nós é único. São visíveis as modificações que a família tem sofrido principalmente no que se trata à sua configuração, com relação aos personagens que integram o núcleo familiar, em que se torna cada vez mais difícil identificar e classificar aqueles que “são da família”. Tornou-se nítida a necessidade de ampliar a definição do conceito de família, com finalidade de integrar outros elementos, que não apenas aqueles que tradicionalmente têm limitado esse grupo.

A família é a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de sua sociedade começa na família. Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão (KOLOUTIAN, 2011, p.5).

O perfil ideal da família baseia-se na proteção e na transmissão de valores e cultura, que são elementos essenciais para o desenvolvimento do seu todo. Neste contexto a família tem um lugar central nas Políticas Públicas:

A família independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida (PNAS, 2004,p.41).

Conforme Kaloutian (2011), a atenção à família, através de políticas públicas adequadas, constitui-se, sem dúvida, em um dos fatores condicionantes das transformações que a sociedade brasileira deseja. É de suma importância que tenham políticas públicas que visem assistência às famílias.

A família está amparada por lei, devendo ter total proteção do Estado, assim atendendo seus direitos e deveres. De acordo com a Constituição Federal de 1988, evidenciado em seu Art. 226. O Estado também tem o dever de garantir os direitos familiares. Desse modo, a família além de estar amparada pela Constituição Federal de 1988, também carrega seus deveres em seu Art. 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

No entanto, a família tem seus deveres e os pais também têm os seus. No que diz respeito ao Art. 229 da Constituição Federal de 1988. “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988, p. 60). Conforme a Constituição Brasileira toda e qualquer pessoa têm direito de ter e conviver em família.

Nesta perspectiva e metodologia de trabalho social na Política de Assistência Social tem como foco de suas intervenções a Família, e como estratégia de organização o Sistema único de Assistência Social – SUAS. Elege a matricialidade sociofamiliar como um dos seus eixos de ação por considerar a família sua capacidade de acolhida, de convívio e proteção Inter geracional. Atende aspectos afetivos, sociais e materiais da vida humana.

A família independente das configurações que assume, é à base da sociedade e das relações sociais. Entender essas relações e configurações requer um olhar ampliado do trabalho junto à família na interação do conhecimento das realidades para nela atuar.

## 2.1 A Criança e Adolescente no Brasil

Apropriando melhor a percepção sobre o atendimento designado à criança e ao adolescente no Brasil, evidencia-se a relevância das informações que invocam a atenção social voltada a este segmento, a partir do descobrimento do Brasil em 1500.

Nesta concepção, dispõe-se que antes da vinda dos colonizadores, os primitivos que moravam no país, os pais biológicos e a tribo, todos tinham responsabilidades com as crianças e adolescentes. Com a chegada dos portugueses no Brasil, o amparo a estes indivíduos passou a ser adotada por intermédio dos representantes da Corte e da Igreja Católica com a finalidade de corrigi-los, e impor os costumes e regras cristãos, conforme expõem os autores:

No período colonial, a assistência à infância no Brasil seguiu determinações de Portugal, aplicadas por meios da burocracia, dos representantes da Corte e da Igreja Católica. Igreja e Estado andavam juntos. O Evangelho, a espada e a cultura européia estavam lado a lado no processo da colonização e catequização implantado no Brasil. Ao cuidar das crianças índias, os jesuítas visitavam tirá-las do paganismo e discipliná-las, inculcando-lhes normas e costumes cristãos, como o casamento monogâmico, a confissão dos pecados, o medo do inferno. Com isso os "soldados de Cristo", como eram também chamados os padres da Companhia de Jesus, perseguiam um duplo objetivo estratégico. Convertiam as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém importadas (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p.17).

Os indígenas desempenhavam outras formas de tarefas, tais como a pesca, caça coletas de frutos e raízes, etc., além das tarefas voltadas para suprir as necessidades alimentares da tribo. Os indígenas também faziam objetos artesanais (redes, cestos de palha, etc.), no entanto os mesmos não trabalhavam para enriquecer, e sim para suprir as suas necessidades alimentares e habitacionais da tribo.

Os indígenas não estavam habituados a outro tipo de serviço, especificadamente os advindos da Europa. Dessa maneira, indisciplinavam-se com facilidade, o que nas maiorias das vezes resultava em mortes para ambos os lados. Convivendo com riscos à sua integridade física, os índios estavam sempre a mercê dos confrontos entre tribos, e os colonizadores desenvolveram um sentimento de

desrespeito pela vida dos indivíduos que aqui residiam. A relação cotidiana entre portugueses, índios e mais tarde os africanos era regida por constante clima de ameaças e violências (RIZZINI; PILOTTI, 2008).

Os portugueses compreendiam pouco caso pela vida do outro, o adversário ou submisso, em frente à dificuldade de implantação de seu projeto de colonização. Porém, os jesuítas desaprovavam os portugueses pela mortalidade e brutalidade nas punições a qual eram expostos os índios.

O que mais espanta aos índios e os faz fugir dos portugueses, e por consequência das igrejas, são as tiranias que com eles usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os, etc. (RIZZINI e PILOTTI, 2008, p.157).

Os portugueses nunca pouparam serviços para conquistas do solo e das almas cristãs, no ambiente onde anteriormente os índios viviam livres, sem oferecer submissão nem a um rei, e nem a lei. Com os índios sob sujeição, encontra-se aberto o trajeto para o trabalho escravo, que permaneceu até 1888.

Se a “ausência” de rei e lei pôde, desta forma, ser equacionada, ainda pela força, restava a difícil questão da fé. É em relação que a esta questão que se descortina toda a pedagogia da época – massacre cultural tão terrível como os sofrimentos infligidos aos corpos – e que motivou, por ocasião dos 500 anos do descobrimento da América, que o Papa João Paulo II pedisse perdão pelos excessos da catequização entre nós (RIZZINI e PILOTTI, 2008, P. 160).

Tais acontecimentos colaboraram para o surgimento do fenômeno de crianças desprotegidas e abandonadas, desamparadas pelos índios, portugueses e em seguida pelos ex-escravos negros. Eram “crianças deixadas nas portas de igreja, conventos, residências e nas ruas” (RIZZINI; PILOTTI, 2008).

No Brasil colônia, a assistência às crianças abandonadas órfãs e pobres seguiu os moldes ditados pela Corte e adotados em Portugal, ou seja, era de responsabilidade das câmaras municipais, mas foi em grande parte assumida pela irmandade de Santa Casa de Misericórdia (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p. 209).

Desse modo, fica visível que no período colonial o poder público tratava a assistência aos carentes como caridade, e esta posição começou a ser discutida pela Corte portuguesa, que deferiu que os serviços hospitalares e a filantropia social deveriam ser oferecidos em um único tipo de instituição: as Santas Casas (RIZZINI;

PILOTTI, 2009). Tais instituições (principalmente de caráter religioso) podiam, segundo a Corte, arcar com as despesas dessa assistência, uma vez que possuíam recursos provenientes de esmolas e doações de senhores da sociedade.

Ao iniciar o século XVII, os portugueses começaram o tráfico dos escravos para o Brasil. Os colonizadores conheciam os escravos por sua obediência e força para o serviço pesado, e apossavam do negro africano como escravo em suas outras colônias, sendo a mão-de-obra uma parte relevante para as relações sócio-econômicas do país. Para os proprietários das terras, era conveniente a compra de escravos, pois em pouco tempo de trabalho o escravo pagava seu preço de compra. Para os donos da terra, era mais interessante ter um escravo que lhe dava lucro do que criar e manter uma criança, já que devido às condições precárias de vida, muitas crianças escravas morriam, e muitas sofriam com o aluguel das mães para amas-de-leite (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

No decorrer dos anos, crianças e adolescentes foram agregadas ao serviço escravo, com 07 anos a criança entrava para o mundo do trabalho na condição de “aprendiz” ou “moleque” e aos 12/14 anos se constituía plenamente como força de trabalho escravo. Os rapazes eram selecionados por sua estrutura física, no qual o mesmo apresenta perspectiva de trabalho mais prolongado aos seus donos, as meninas negras eram usadas sexualmente para agradar seus proprietários e para gerarem filhos brancos para a comercialização, pois significava maior status social que os negros (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

A assistência à infância durante o período colonial versava que criança e adolescente deveriam seguir as exigências vindas de Portugal, que eram aplicadas por meios de burocracia, dos comitês da corte e da igreja Católica. Entretanto, a mão-de-obra escrava era importante para a economia, e mesmo depois da Lei do Ventre Livre a criança escrava continuava nas mãos dos seus donos, que as mantinham perante seu domínio até por volta dos 14 anos, assim ressarcindo seus gastos.

É nesse contexto de extrema pobreza e luta pela sobrevivência que muitas mães se obrigavam a abandonar seus filhos. Assim, com esse crescente abandono de crianças e com a alforria dos escravos, “no século XVIII, houve um crescimento da população livre e pobre e junto com ela o abandono de crianças, ao desamparo pelas ruas e lugares imundos” (DEL PRIORE, 1989, p. 48). É nesse cenário de pobreza e abandono

de órfãos que teve origem a primeira intuição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil, visto que é introduzida no Brasil a chamada Roda dos Expostos que visava, como as introduzidas na Europa, ser referência para o acolhimento de crianças abandonadas.

As Rodas dos Expostos foram implantadas nas Santas Casas de Misericórdia, inicialmente financiada pelas Obras e pela Igreja Católica, que com o passar do tempo começaram a requerer das Câmaras Municipais apoio financeiro para a continuidade das ações realizadas (MARCÍLIO, 2006).

Segundo Donzelot (2001) a Roda era um cilindro de superfície lateral que era aberto em um dos lados e gira em torno do eixo da altura, pois o lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha é colocada nas proximidades, pois se uma mulher deseja expor seu bebê, a mesma avisa o indivíduo de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebendo o bebê. Deste modo, o doador não é visto por nenhum servente da casa, sendo esse o objetivo da roda (o de romper, sem alarde e sem o vínculo de origem, de forma que “se evitava os escândalos, se salvava a dignidade da família e se preservavam os costumes”) (MARCÍLIO, 2006, p.197).

No Brasil, a roda dos expostos foi extinta por iniciativa dos médicos higienistas que ficaram assustados com o grande índice de mortalidade que ocorria dentro das instituições que utilizavam esse método. No entanto, para essa extinção da roda no país houve a contribuição dos juristas que deram início a discussão pra criação de novas leis de proteção a crianças abandonadas e adotar medidas a mortalidade infantil nas instituições de abrigo(RIZZINI; PILOTTI, 2009). As autoridades, por sua vez,“tomaram consciência dos estarrecedores índices de mortalidade infantil dos expostos das rodas” (MARCÍLIO, 2006, p. 198).

Devido o crescente número de desabrigados que começam a “importunar” a própria sociedade, na qual muitos destes acabavam sendo identificados como delinquentes, marginais, dentre outras definições negativas, o Estado “começa a tomar consciência de sua responsabilidade na educação e na beneficência; surgiam assim, os primeiros ensaios em políticas sociais e em programa de assistência á infância desvalida”(MARCÍLIO, 2006, p 198).

O primeiro conjunto de leis estabelecidas no Brasil para a criança (o Código de Menores de 1927) foi denominado como Código de Mello Mattos, pois “foi montado exclusivamente para o controle da infância e da adolescência abandonada” (MARCÍLIO, 2006, p.224), e prevê diversas ações para incluir esse público e o hábito de abandono de crianças.

Tornando-se o primeiro documento legítimo para a população menor de 18 anos, o Código consolidou as leis de assistência e proteção aos menores, medidas de proteção e assistência que transcenderam o jurídico, com finalidade de resolver os problemas dos menores, exercendo domínio total em relação à criança e adolescente com os artifícios de proteção, guarda, reabilitação, regeneração, prevenção, reestruturação e disciplina. Devido a estas práticas, o Estado mantém firme controle a este fragmento (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

O código Mello de Mattos (1927) vinculou uma ideologia higienista e correccional disciplinar para a ocasião vivenciada neste período por criança e adolescente.

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurista repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por faltas dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de soldada, de vigilância e educação, deternimandas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p.47).

Neste código de 1927, para criança e o adolescente, a orientação que se apresenta é a disciplina, a assistência e repressão, sendo estes os cuidados oferecidos pelo Estado para a infância e juventude em risco e vulnerabilidade social. Este código demonstra que os legisladores queriam solucionar o problema dispondo de medidas assistencialistas e protetivas, despertando o comprometimento do conhecimento médico, pedagógico e morais.

Foi aprovado em 1976 o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito designada a investigar o problema infância e juventude carente no Brasil (CPI do Menor), instaurada devido à resistente pressão de organismos internacionais e de setores organizados da comunidade, a fim da redução da miséria infantil.

A CPI do menor, como ficou conhecida, funcionou como um autêntico laboratório de pesquisa e busca de soluções realistas para um doloroso amontoado de problemas que chocam, e deprimem a consciência nacional. (...) de acordo com o seu diagnóstico, havia no Brasil cerca de 25 milhões de menores carenciados e/ou abandonado; 1/3 da população infanto-juvenil encontrava-se em estado atual ou virtual de marginalização (RIZZINI e PILOTTI, 2009, p.305).

A CPI enfatiza o padrão de sistema proteção à infância e adolescente de forma autoritária, como vinha sendo sucedido até aquele momento, especialmente quanto aos impactos desse sistema para toda a população pobre.

Nessa situação surge o novo Código de Menores de 1979, promulgado em 10 de outubro de 1979 (Lei n.6.697), que “adota expressamente a doutrina da situação irregular, segundo a qual os menores são sujeitos de direitos quando se encontram em estado de patologia social” (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p.70). No entanto, o Código constitui-se em uma retificação do Código de Menores de 1927, não rompendo com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e inibição junto à criança e adolescente.

Essa divisão foi introduzida como objeto potencial da administração da justiça, e dos juízes de Menores. "O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código" (CÓDIGO DE MENORES, 1927, p. 12).

Em todo o país assolou uma onda de manifestações, tanto nas artes como nos fóruns de discussão, onde a população mobilizou-se em vários aspectos que incluem a criança e adolescente, como protótipo a discussão comprovada de que a metade população infanto-juvenil brasileira encontrava-se em situação irregular conforme a legislação vigente (Código de 1979); por determinação da população, nasciam as propostas alternativas de atendimento a este fragmento populacional, que tinham por finalidade evitar a institucionalização dos mesmos (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

O clima de efervescência e criatividade que se constitui a partir daí, resultou em toda uma série de encontros, entre eles os semitágios; na produção de material de registro das experiências (vídeos e cartilhas); e finalmente, no desenvolvimento de uma rede de lideranças, com abrangência nacional e concepções compartilhadas. Este processo, desencadeado pelo Projeto de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, culminou, em novembro de 1984, como I Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias que Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília. (...) Esta levaria, em 1985, à concretização de uma nova identidade política, que

enfeixava os grupos que, em diversas esferas, haviam se distinguido pela militância em favor de crianças e adolescentes. Tal identidade, consubstanciada na Coordenação Nacional do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, constituiu-se em posição à “doutrina da situação irregular”, consagrada pelo Código de 1979, corporifica na agenda das políticas públicas de atendimento ao menor, cujo ponto de partida foi o I Encontro Nacional de Meninas e Meninos de Rua, também ele realizado, em Brasília, durante o mês de maio (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 309).

Com o acesso às ações desenvolvidas no final das décadas de 1970 e início da década de 1980, inicia-se um período de grande apoio de movimentos sociais como o das Meninas e Meninos de Ruas, que coopera para o auxílio de uma lei específica de assistência ao público infanto-juvenil no Brasil.

Apenas com a redemocratização do país e com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 é que são dados os primeiros passos para a garantia de proteção essencial para a infância-juventude. Apartir de 1988, com a nova Constituição Federal, a criança e adolescente são vistos como sujeitos de direitos, que devem ser protegidos e respeitados com tal.

Neste processo, cria-se um novo conceito sobre a criança e o adolescente, sendo indispensável uma rede de atendimento para sua proteção e para a garantia de seus direitos. Esta constituição estabelece especialmente em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressa (BRASIL, 1988).

Tais direitos, previstos agora em lei, proíbem as práticas até então efetivas no Brasil de violação de direitos e garantias das condições necessárias para se ter uma vida sadia. A família a sociedade e o Estado são responsáveis pelas condições necessárias de sobrevivência da criança e do adolescente.

No dia 13 de julho de 1990, foi aprovada uma lei de proteção exclusiva para o público infanto-juvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nova legislação que “se aplica a todas as crianças e todos os adolescentes do território nacional, sem distinção. Todo passaram a ter seus direitos básicos garantidos” (MARCÍLIO, 2006, p.227).

O Estatuto prevê direitos a todo o público infante-juvenil, entendendo-os como sujeitos de direitos e garantindo um atendimento integral, levando em conta as necessidades deste segmento. O Estatuto esclarece a formulação de políticas para crianças de (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 18 anos).

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.  
Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990 p.25).

Assim, as crianças e os adolescentes têm direito à proteção integral que vise todas as oportunidades e facilidades, “oportunizando o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com liberdade e dignidade, seno dever da família assegurar, com absoluta prioridade, a garantia e efetivação dos direitos destes” (BRASIL, 2013, p.11).

Nesse sentido, no Brasil a infância passou a ganhar popularidade com a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), pois através de legislações ela foi reconhecida como sujeito de direito que merecia cuidados e proteção.

O ECA estabeleceu mudanças relevantes para a infância e adolescência brasileira, pois lançou um novo olhar a esse respeito. A lei apontou um novo paradigma ético, em que prevê a proteção integral desses sujeitos. Com isso quer dizer que a criança e adolescente devem ter todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade (KOCOUREK, 2009).

De acordo com Kocourek (2009), o Estatuto da Criança e Adolescente é responsabilidade de todos e requer a participação não só do Estado, mas da família e da sociedade em geral na promoção dos direitos da criança e adolescente.

As crianças e adolescente são cidadãos que edificam o seu estatuto jurídico, sua identidade, buscando superar a visão de adulto em miniatura, onde eram tratados com objetos de tutela.

### **2.3 Violências contra Criança e adolescente**

Para compreender a definição de criança e adolescente na contemporaneidade é indispensável que façamos uma compreensão do movimento

histórico dessa trajetória, a fim de compreender a causa histórica dos maus tratos e da negligência contra as crianças e adolescentes. A agressividade usada contra eles ao longo da história das sociedades se apresentara de diversas formas, e se caracterizou como recorrente na humanidade, desde as antigas civilizações até a nossa época.

Reavendo a questão da violação de direitos da criança e adolescente numa perspectiva histórica, sobressai aqui a obra de Ariés (2006) que após vinte e cinco anos escrita teve sua tradução para o português. Assim, a obra nominada “História social da criança e da família”, fundamentada nos estudos na arte e na literatura européia, deu maior destaque para a infância na França, e dispõe das modificações na concepção de infância a partir da Idade Média, mostrando que na era medieval a infância era menosprezada.

A partir do século XII era é possível constatar a vulnerabilidade da criança e sua desvalorização. Desde a antiguidade, crianças e mulheres eram consideradas seres insignificantes, que não mereciam qualquer tipo de tratamento igualitário ou diferenciado (ARIÉS, 2006).

A criança era, assim, um ser sem importância, concebida como um animal dependente e indiferente para os adultos, tanto que se viam representadas como adultos em miniatura, o que revelava a falta de sentimento em relação a ela, de sorte que a infância constituía-se, apenas, numa fase transitória, não merecedora de atenção (ROBRIGUES; LIMA, 2007, p.427).

Na era medieval pode-se averiguar que os termos criança e infância não existiam, não possuíam definição e não eram vistos como atribuições a indivíduos que precisavam de cuidado e afeto da família, pois eram considerados pequenos homens. Por isso, a ausência de sentimento em relação às crianças, a negligência, o descaso, o desleixo e a ausência de afeto da família e da sociedade eram comuns. As famílias “não desenvolviam afetividade pelas crianças e não havia a preocupação com os cuidados e sentimentos fraternos” (CORTEZ, 2001, p. 1).

Em relação à Idade Média, destaca-se que as crianças eram vítimas de mortalidade infantil em virtude ao descaso da família, pois recebiam o essencial para a sobrevivência e ficavam expostas a doenças e desnutrição devido à forma como eram tratadas, na inexistência de uma aproximação que criasse laços afetivos.

Para Silva (2011), a miséria e a falta de saneamento básico nas quais as pessoas da Idade Média viviam eram motivação para a taxa da mortalidade infantil bastante elevada. A morte de uma criança não era recebida com tanto sentimento e desespero como acontece nos dias de hoje, o sentimento de tristeza passava rapidamente e aquela criança era logo substituída por outro recém-nascido para cumprir sua função já pré-estabelecida.

A criança era tida como uma espécie de mecanismo de manipulação dos adultos, pois a partir do instante em que a mesma se apresentava independente, era inserida no universo adulto. As crianças eram vistas como um indivíduo incompetente que vivia junto com os adultos sem nenhum cuidado e atenção (ARIÉS, 2006). A socialização da criança durante a Idade Média nunca era monitorada pela família, nessa época era vista como um ponto de transformação para a vida adulta. Entretanto, não se dispensava um tratamento exclusivo para a criança (ARIÉS, 2006).

Na sociedade medieval, o relevante era a criança amadurecer rapidamente para poder cooperar com os trabalhos e atividades dos adultos,

A infância terminava para a criança ao ser desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver definitivamente com os adultos em suas atividades rotineiras e cotidianas, mesmo no campo de trabalho (CORTEZ, 2016, p.2).

O trabalho doméstico era confundido com aprendizado, pois era considerado uma forma de educar a criança, no qual a passagem da criança na família era realizada de forma rápida e insignificante. Em geral, aos sete anos de idade as crianças iam viver com outras famílias para serem educadas (SILVA, 2011).

Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não a seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir. Assim toda educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que ela adquiriu mais tarde. (ARIÉS, 2006, p.156).

Nessa época, acreditava-se que a criança memorizava através da prática, e os pais “acreditavam que seus filhos precisavam aprender na prática suas funções” (CORTEZ, 2001, p.2). As atividades domésticas não eram consideradas inúteis e constituíam uma forma universal de educação tanto para os ricos, como para os

pobres. O ato de a filha ter pouco contato com os pais fazia com que a mesma afastasse-se do controle da família procriadora, mesmo que voltasse a ela mais tarde depois de mocinha, o que pouco ocorria.

A família não podia, portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significa que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. No caso de famílias muito pobres, ela não correspondia a nada além da instalação material do casal no seio de um meio mais amplo, a aldeia, a fazenda, o pátio ou a “casa” dos amos e senhores, onde esses pobres passavam mais tempo do que em sua própria casa (às vezes nem ao menos tinham uma casa, eram vagabundos sem eira nem beira, verdadeiros mendigos). Nos meios mais ricos, a família se confundia com a prosperidade do patrimônio, a honra do nome. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. (ARIÉS,2006, p.158).

Nunca existiu um representante para as crianças. Mesmo nas vestimentas, “a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social” (ARIÉS, 2006, p.32). As escolas estavam garantidas a um pequeno número de sacerdotes e eram freqüentados alunos de toda idade, assim limitando-se à transmissão de ensinamentos.

Durante a Idade Média não existiu um sentimento de infância. Nesse período, a família jamais tinha função afetiva e era mais uma realidade de transposição moral e social que sentimental, um ambiente onde as crianças não tinham valor, no qual o sentimento de afeição familiar entre casais e seus filhos não era considerado necessário ou mesmo bem quisto.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existe, o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (ARIÉS,2006.p.99).

O conceito de infância foi alterando a partir do século XII ao XVIII. No seio medieval (inclusive no século XII), até então nunca existiu nenhuma expressão infantil. Não havia lugar para a criança naquele período.

Até por volta do século XII, à arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. (ARIÉS, 2006, p.17).

No final do século XVI ocorreu uma transformação no pensamento, um novo olhar revelou-se entre a burguesia, em que o termo “infância” se aproximava de um sentido inovador, no qual a criança era reconhecida por sua expressão particular, sendo assim representada como um adulto de estrutura reduzida.. O descuido com a infância ainda era visível, tendo suas vidas adaptadas pelos mais diferentes tipos de violência (ARIÉS, 2006).

A escola passa a ser um instrumento de construção de conhecimento das crianças, e é função da escola incluir as crianças na sociedade, além de ensinar a leitura, escrita e outros itens como um formato de organização para a vida adulta. A escola substituiu o ensinamento prático emitido pelo adulto.

Em relação ao ensino, era atribuída às crianças uma transmissão de valores e princípios, o modo de pensar, agir, sentimento, uma forma de socialização onde elas eram submetidas aos ensinamentos dos adultos mais experientes (ARIÉS, 2006).

Sendo assim, ocorreu uma melhora no tratamento oferecido à criança a partir do século XIII, onde se percebem pequenas modificações nas obras de arte, também nos quadros de origem religiosa, que representavam um maior cuidado destinado à infância (ARIÉS, 2006). Ariés fala sobre o ingresso precoce no mundo adulto, confirmando que:

[...] De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. (ARIÉS, 2006, p.9).

É de suma importância questionar essa desvalorização da criança e do adolescente, e a descabida classificação à qual a criança era submetida, não sendo diferenciada dos adultos. As crianças começam a ser compreendidas como um indivíduo com vontades e pensamentos próprios, apenas neste século (XIII). Tal olhar prioriza a criança, assim fazendo com que hajam modificações significativas nas famílias. São muitas as famílias que se preocupam com seus filhos tendo o cuidado de protegê-las dos perigos da sociedade.

A família assume seu papel, passando a identificar que a criança é um ser frágil que precisa de cuidados e de afeto, surgindo um novo sentimento de infância, na qual nasce também uma nova família (agora preocupada com seus filhos), que jamais era possível de perceber antes do século XVII (Ariés, 2006).

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pode mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela [...] (ARIÉS, 2006, p.191).

A dedicação que a família dispôs aos seus filhos constituiu algumas mudanças no que diz respeito à infância, na qual a criança começa a omitir a definição de ser substituível, anônimo, sem nenhum lugar na sociedade, substituindo-a pela noção de que mesma tem seu lugar na família e na sociedade em que está introduzida. Assim, a criança começa a ser vista de outra maneira, como um ser frágil que requer atenção diferente da que lhe era dada (ARIÉS. 2006).

### **3. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS ARNELDO MATTER**

O presente capítulo visa apresentar a instituição que foi espaço de Estágio em Serviço Social, o Centro de Referência de Assistência Social – Arnelo Matter. Este trabalho de conclusão de curso é resultado do processo de análise e aprofundamento da experiência de Estágio. O CRAS é um dos espaços sócio ocupacionais do Assistente Social no âmbito da política de Assistência Social a partir da consolidação do SUAS. Este local é a porta de entrada para o atendimento de crianças, adolescentes e as famílias de ambos que encontram em situações de vulnerabilidade social.

#### **3.1 A Política de Assistência Social: Breves Considerações**

A partir de 1988, a Política de Assistência Social passou a ser parte integrante do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, como política pública, não contributiva, pautada pela universalidade no atendimento aos usuários.

A constituição de 1988 inaugurou novas perspectivas como: a unidade nacional de política de Assistência social e não só federal; ser reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais como política isolada a complementar a Previdência Social como um papel público pouco ou nada definido; o caráter de direito de cidadania e não mais de ajuda ou favor ocasional e emergencial; a organização, sob o princípio da descentralização e da participação, rompendo com a centralidade federal e ausente democratização da sua gestão sob o âmbito governamental (NOB/SUS, 2005 p.8).

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro, vem regimentar a Assistência Social de acordo com o princípios fixados pela Constituição Federal de 1988, definindo uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social. É relevante ressaltar que a Lei Orgânica da Assistência Social foi atualizada em 05 de fevereiro de 2016 e tem por finalidade:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 2016, p. 8).

Além de demarcar objetivos para a Assistência Social, também define as diretrizes, que estabelecem ações governamentais que serão realizadas no campo da Assistência Social. Essas diretrizes estabelecidas estão direcionadas no:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (BRASIL, 2016, p.9).

A instituição da Assistência Social como política integrante do sistema de proteção social afirma uma nova perspectiva para a Assistência Social, configurando-a como política pública. Assim, “a assistência social inicia seu trânsito para um novo campo: o campo dos direitos, da universalidade do acesso e da responsabilidade estatal” (YASBEK, 2004, p.13).

Este segmento de redefinição da Assistência Social careceu de normativas, que foram instituídas em leis posteriores, sendo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS-2005). Para sua consolidação como política pública e sua consumação no campo dos direitos sociais e materialização, visto que o processo é contínuo, se deve persistir na luta pela efetivação dos direitos a serem garantidos.

A Constituição Federal de 1988 configura a assistência social como política pública da seguridade social não contributiva que prevê os mínimos sociais titulados no Art.2º parágrafo único da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2016) que:

Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2016, p.8).

Desse modo, a assistência social é um direito não contributivo, materializado na organização de projetos, programas, benefícios e serviços que divergem características próprias. A LOAS (2016), em seu art. 1º, especifica a assistência social como política da seguridade social, direito do cidadão e dever do Estado.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2016, p. 8).

Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a ordenação da assistência e visa a fundamentação de afirmar os direitos reconhecidos na Constituição Federal de 88. A LOAS(2016) da mesma forma define que o “conjunto de objetivos, em seu núcleo material, que se efetivam por meio de benefícios e serviços assistenciais, na formulação de políticas e no controle de ações, em todos os níveis, a ser implantados por programas e projetos” (SIMÕES, 2010, p.181).

Desse modo os direitos assegurados no campo da assistência social, direcionada para âmbito da seguridade social, limita os beneficiários e os serviços, demanda a organização e o acesso aos direitos da assistência social.

Após dez anos de LOAS, é aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília, através do Conselho Nacional de Assistência Social. “A PNAS ora aprovada expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social”. (BRASIL, 2004, p. 11).

A Política Nacional de Assistência Social, consolidada em 2004, garantiu origem a vários debates entre órgãos governamentais e não governamentais, onde

teve deliberação a construção e implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo quesito primordial a LOAS para a efetivação a assistência como política pública.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004, p.08).

A PNAS (2004) busca incluir as demandas presentes na sociedade brasileira, mesmo as de responsabilidade política, pois visa a solidificação dos direitos sociais mencionado na LOAS (2016).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) – por meio da Norma Operacional Básica – NOB – consolidado em 2005, prevê a sistematização das ações socioassistenciais em todo território nacional por hierarquização dos serviços por nível de complexidade e porte dos municípios. Tem como eixo fundantes: a matricidade sociofamiliar; a descentralização político-administrativa e a territorialização. Novos critérios são definidos para a relação entre Estado e sociedade civil como financiamento, controle social, o desafio da participação popular, a política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e avaliação (BRASIL, 2005).

O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. [...] São eixos estruturantes da gestão do SUAS: precedência da gestão pública da política; alcance de direitos sociassistenciais pelos usuários; matricialidadesociofamiliar; territorialização; descentralização político-administrativa; financiamento partilhado entre os entes federados; fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil; Valorização da presença do controle social; participação popular/cidadão usuário; qualificação de recursos; informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (NOB/SUAS 2005, p. 86,87).

Portanto, o SUAS (2005) tem a função de organizar ações da Política de Assistência Social, de acordo com dada território, no atendimento da família reconhecida como base da sociedade.

O SUAS (2005) divide a Assistência social em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica inclui proteção à

população em situação de vulnerabilidade social, os precavidos de situação de risco, trabalhando o crescimento de competência destes e também buscando fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

A Proteção Social Básica destina-se a população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, fragilização de vínculos afetivos com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações focadas no atendimento das necessidades básicas.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (BRASIL, 2005, p.92).

A rede socioassistenciais tem como objetivo na base territorial, constituir caminhos para superar a fragmentação na prática política de assistência. Nesta perspectiva, visa a ampliação e cobertura dos serviços que os usuários possam vir a necessitar.

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005. p.92).

O serviço de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial englobam um conjunto de serviços, benefícios, projetos e programas. Tais serviços são ofertados nos equipamentos públicos do SUAS (2005) e para atender essas demandas são instituídos em áreas territoriais o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) que prevê a Proteção Social Básica, e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) que compreende a Proteção Social Especial (BRASIL, 2005).

Se tratando de Proteção Social Básica, o CRAS (criado em áreas de maior vulnerabilidade social) vai oferecer a assistência social básica cujo objetivo é prevenir a violação de direitos. Neste sentido, o CRAS tem como objetivo principal de:

[...] potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, promovendo seus membros e possibilitando ações intersetoriais que visem a sustentabilidade; de modo a romper o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e evitar que as famílias, seus membros e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco (SIMÕES, 2010, p.316).

Portanto, o CRAS se configura como instrumento fundamental para materializar os princípios da política de Assistência Social nos territórios referenciados. O CRAS estabelece unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica para os usuários que se encontram em estado de vulnerabilidade e risco social. Tal instituição “traz um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS” (BRASIL, 2009, p.07).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública descentralizada da política de assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade social e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como principal porta de entrada do SUAS, ou seja é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social (BRASIL, 2009, p.09).

Desse modo, o Centro de referência da Assistência Social é um lugar onde se operacionalizam os serviços, programas e projetos para a família e indivíduos que visam o convívio sociofamiliar e comunitário e objetiva “prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social no território, por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições. Promovendo ampliação do acesso aos direitos de cidadania” (BRASIL, 2009, p.09), visto que suas funções “se materializam quando a equipe processa no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território de forma a garantir o usuário o acesso aos direitos” (BRASIL, 2009, p.10).

O CRAS é considerado como espaço mediador de seu desenvolvimento, onde o profissional de Serviço Social busca o fortalecimento das famílias, fazendo com que os usuários descubram o potencial dentro delas e possam sobreviver em meio à diversidade de forma saudável, e mais do que isso, conseguir fundamentar estratégia que resultem na mudança da qualidade de vida.

O CRAS, portanto, é o espaço físico que oferta serviços assistenciais da política de assistência social, e neste espaço é executado o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família) que é uma atribuição exclusiva do poder público, sendo desenvolvido, necessariamente, no Centro de Referência de Assistência Social. Independente da fonte financiadora deve obrigatoriamente implementar o PAIF, o PAIF é o serviço e o CRAS é o espaço físico.

O CRAS é uma unidade o serviço sócioassistencial que possui uma equipe de trabalhadores da política de assistência social responsável pela implementação das políticas de proteção básica e pela gestão articulada no território de abrangência, sempre sob orientação do Gestor Municipal. O PAIF oferta ações sociassistenciais de prestação continuada, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social. Portanto, o Serviço de Proteção a Família– PAIF consiste em:

Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Estratégia privilegiada para oferta de serviços a beneficiários de transferência de renda(BRASIL, 2009, p. 06).

O Serviço de Proteção a Família integra um dos principais serviços de proteção social básica, pois o mesmo tem caráter de antecipar as situações de vulnerabilidade e risco social.O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com o objetivo e por meio de:

Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas; Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; Promover a socialização e convivência Por meio: Da criação de espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros; Do estímulo e orientação dos usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território; Da organização por percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida; Das trocas culturais e de vivências; Do incentivo a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território (BRASIL, 2013, p.03).

O SCFV foi sistematizado por faixa etária com objetivo de prevenir situações de risco inerentes a cada ciclo de vida. Com seu público alvo determinado a princípio por faixa etária, são formados grupos para atender crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15, de adolescentes a jovens de 15 a 17 anos e idosos com idade igual ou superior a 60 anos.

O serviço para criança de 0 a 6 anos (com a participação da família) procura introduzir discussões de reflexões, com atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança, também:

Com famílias de crianças com deficiência inclui ações que envolvem grupos e organizações comunitárias para troca de informações acerca de direitos da pessoa com deficiência, potenciais das crianças, importância e possibilidades de ações inclusivas (BRASIL, 2013, p. 16).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2013), o serviço para criança e adolescente de 6 a 15 anos tem como objetivo de construir um espaço de convivência, para a participação da cidadania, desenvolvimento o protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. Todavia,

As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social (BRASIL, 2013, p. 16).

O serviço com adolescentes e jovens de 15 a 17 anos busca o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, tem como objetivo de contribuir com esses sujeitos para que retornem ou permaneçam no âmbito escolar, através do desenvolvimento de principais atividades que incentivam a participação cidadã, e assim realizar uma formação geral para conduzi-lo para o mundo de trabalho. As atividades devem debater sobre questões relevantes sobre juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem (BRASIL, 2013).

O serviço para idosos consiste em contribuir para o processo de envelhecimento saudável, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo sua autonomia e prevenção de situações de risco social.

A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencialize a condição de escolher e decidir (BRASIL, 2013, p.18).

Esse serviço procura envolver a criança e o adolescente numa esfera de proteção social, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários e também trabalhando o processo de autonomia e emancipação social, possibilitando-lhe uma melhor qualidade de vida e seus direitos assegurados.

### **3.2 A Política de Assistência Social no Município de São Borja**

Partindo da perspectiva dos indicadores socioterritoriais do município de São Borja, que está respaldada pela política de Assistência Social, as ações desenvolvidas no âmbito da política no município precisam visar melhor compreensão a respeito do espaço, e para isso aderiu-se a uma breve apresentação do histórico do município onde foi realizado o Estágio I e II em Serviço Social. Logo após será apresentada a estrutura da instituição CRAS Arnaldo Matter.

O município de São Borja está situado na faixa da fronteira do Brasil com a Argentina. Teve sua fundação em 1682, pelo Jesuíta espanhol Francisco Garcia de Prada, com a denominação de Redução de São Francisco de Borja em homenagem a um espanhol que abdicou de seu título e riquezas para trabalhar para os pobres. Entro para história como o primeiro dos Sete Povos das Missões.

A cidade de São Borja, é um município que faz parte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O devido município está localizado às margens do rio Uruguai, fazendo fronteira com a municipalidade argentina de Santo Tomé. Em relação à sua regionalização, São Borja faz parte da mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, conhecida como campanha ou pampa gaúcho. Está também inserida na chamada região histórica das Missões Jesuítico Guarani. A fundação de São Borja (1690) foi realizada pela migração de índios guaranis da antiga redução jesuítica de Santo Tome, acrescida de índios do pampa (PINTO; MAURER, 2014, p.01).

Ao longo dos seus 334 anos, São Borja é internacionalmente reconhecida devido a sua trajetória histórica e política, por tratar-se da cidade conhecida como “Berço dos Presidentes”, pois daqui saíram para governar o País Getúlio Dornelles Vargas (31.01.1951 a 24.08.1954) e João Belchior Marques Goulart - Jango (24.01.1963 a 31.03.1964).

São Borja é uma cidade histórica, fundada em 10 de outubro de 1682. Está localizada no Oeste do Rio Grande do Sul, tem sua emancipação política em 21 de maio de 1882. Conta com uma “população de 63.089 mil habitantes e 61.671 residentes sendo destes: residentes homens 30.248 e residentes mulheres 31.671” (BRASIL, 2015 p.1). A estimativa de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos no município é de 13.656 mil habitantes e adolescentes e jovens de 15 a 19 anos é de 5.573 mil habitantes (BRASIL, 2010).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ano base 2010, a população urbana é de 55.138 habitantes, divide-se em 07 bairros e outros sub-bairros e vilas. Os principais bairros são o Centro, o Passo, a Vila Cabeleira, a Piray, o Paraboi, o Bettin, o Itacherê e o Tiro. A população rural é de 6.533 habitantes. Em São Borja, 55.139 pessoas moram na cidade e as outras 6.523 moram na zona rural (IBGE, 2015). O PIB percapta do município em 2013 era de R\$ 23.325,87 reais.

A incidência de Pobreza<sup>1</sup> (absoluta) no Município, segundo estatísticos fica em torno de 31,67% (IBGE, 2003, o índice de Gini<sup>2</sup> que mede o grau de desigualdade de renda domiciliar dos indivíduos fica em torno de 0,43. Segundo o IBGE – 2010 a população residente no município com rendimento nominal mensal de até ¼ de salário mínimo é de 1726 pessoas e 51 pessoas sobrevivem com uma renda nominal mensal de até 30 salários mínimos. Esses dados deixam clara a grande desigualdade de renda no município.

---

<sup>1</sup>A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários à sua sobrevivência (IBGE, 2003).

<sup>2</sup>Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (IBGE, 2003).

Atualmente, São Borja possui economia baseada na agricultura, básica do setor de Orizicultura<sup>3</sup>, além da pecuária, pesca e o comércio local. No que se refere à educação, São Borja conta com escolas públicas municipais, estaduais e privadas. No que se refere ao ensino superior, há a UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa, UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, UNIDERP – Universidade Anhanguera, UNINTER – Centro Universitário Internacional e uma Escola de Ensino Técnico e Superior Federal, o IFF – Instituto Federal Farroupilha.

É nesse espaço populacional que a política de Assistência Social, perante o comando único da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania (SMTASC), apresenta suas execuções com o objetivo de promover a inclusão social daqueles que encontram-se em vulnerabilidade social (SÃO BORJA, 2010).

Os serviços ofertados de Assistência Social aos cidadãos são: apoio às comunidades vulneráveis socialmente com programas assistenciais direcionados aos idosos, crianças, portadores de deficiência e comunidade em geral; auxílio às creches municipais; cursos de capacitação em diversas áreas mais vulneráveis do município (SÃO BORJA, 2010).

A assiduidade do SUAS (2005) no município é frisada pela expansão do CRAS nos territórios de vulnerabilidade e risco social, operando na perspectiva de universalização da política de Assistência Social e no atendimento da população as necessidades da população. Esses, no entanto, tem sido indispensáveis espaços de ampliação e consolidação da cidadania para efetivar a garantia de direitos, sob responsabilidade do Estado na sua efetivação.

Perseguindo os princípios estabelecidos no SUAS, a partir da descentralização da política de assistência social e a territorialização, São Borja possui seis Centros de Referências de Assistência Social, que estão distribuídos em áreas urbanas territoriais de vulnerabilidade social, sendo dois deles (CRAS Centro e CRAS Passo) mantidos com verbas oriundas do Governo Federal e os outros quatro (CRAS Vila Arnaldo Matter, CRAS Bairro Paraboi, CRAS Vila Leonel Brizola e CRAS Boa Vista) mantidos com verbas municipais. Estes CRAS estão localizados em bairros de maior vulnerabilidade social, são responsáveis pela oferta e

---

<sup>3</sup>Orizicultura é o cultivo de arroz em lavouras, as lavouras podem ser irrigadas com a água obtida por gravidade, a partir de um ponto mais elevado, a partir de açudes ou de vertentes naturais, ou pode a água provir de rios e lagoas, por canais que a desviam do curso, às vezes com a utilização de sucção por bombas a diesel ou elétrica (XIMENES,1999, p.442).

desenvolvimento do Programa de atenção Integral às famílias – PAIF. Tem por finalidade fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura dos seus vínculos, promovendo o acesso aos direitos e à melhoria da qualidade de vida (SÃO BORJA, 2010).

Em relação aos números de CRAS existentes no município, entende-se que há um avanço nesse aspecto no âmbito da implementação da política de assistência social municipal. Está além do número mínimo de CRAS definido por município de acordo com a dinâmica populacional de cada um. Conforme a NOB/SUAS (2005) o número de CRAS, que deve ter minimamente em cada município, organizados por portes, relaciona-se à seguinte caracterização:

Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas; Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas; Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; □Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas (BRASIL, 2005, p.100).

São Borja corresponde, segundo sua dinâmica populacional, como um município de médio porte e, no entanto, a exigência mínima de CRAS é 02, sendo assim superada essa intenção, na existência de 06 CRAS no município, com 2.500 famílias referenciadas em cada CRAS (SÃO BORJA, 2010). Porém, a qualidade da política na sua efetividade não se delimita somente ao número de espaços físicos disponíveis para sua efetivação. É necessário que estes espaços tenham o mínimo de recursos (materiais e humanos) que proporcionem a realização de um serviço de qualidade.

No município de São Borja os espaços físicos dos CRAS são todos do município e, portanto, fica livre de alguma mudança de local, que por vez venha a alterar o ponto de referência do CRAS, prejudicando a relação com os usuários. A adaptação dos espaços físicos quanto à composição das salas para realização dos serviços tem procurado adequar-se da melhor maneira possível para o bom desempenho dos trabalhos.

Porém, o que se percebe com relação aos CRAS no município apesar de serem seis, o número de território referenciados a estes limita o atendimento, pois tem em média seis a onze territórios referenciados a um único CRAS, o que na maioria das vezes impossibilita um atendimento igual a todos. Pois as vilas mais

próximas têm melhor acesso enquanto às mais distantes, esse acesso é limitado. Isso não está relacionado apenas ao usuário dirigir-se até a instituição, mas também ao profissional, principalmente o Assistente Social.

De acordo com a NOB/SUAS (2005), cada CRAS deve ter minimamente a seguinte estrutura em seu espaço físico: sala de recepção (transição, espera, acolhimento e atendimento inicial à família e aos indivíduos), sala de atendimento (entrevista com famílias e indivíduos), sala multiuso (grupos socioassistenciais, oficinas de reflexão e convivência, palestras e reuniões), sala de coordenação (atividades administrativas), copa (preparo de lanches), conjunto de instalações sanitárias (uso coletivo e uso de pessoas com deficiência) e almoxarifado (material destinado às atividades dos grupos).

Ao mesmo tempo em que possibilitou ampliar o acesso dos serviços no atendimento às demandas socioterritoriais da população, limitou a expansão dos direitos em função da limitação de recursos. Ao repassar a administração de recursos ao município, acaba por reduzir a autonomia e a capacidade de realização deste, por não dispor de recursos suficientes para o desenvolvimento das ações (SOUZA; CARVALHO, 1999).

Um dos instrumentos de trabalho do Assistente Social é a visita domiciliar, que é indispensável para o conhecimento da realidade social dos sujeitos a fim de planejar as ações a serem desenvolvidas nesse espaço, com o propósito de modificar a realidade dos indivíduos. No entanto, isso fica prejudicado em função da não disponibilidade de um veículo para cada CRAS, ficando desocupado apenas um deles, em um dia da semana. Nessa concepção, fica evidente a limitação de recursos.

Outro motivo que também decorre da limitação de recurso é a instabilidade dos vínculos empregatícios, referentes à existência de profissionais contratados. Isso pode comprometer o desempenho de um trabalho com qualidade e comprometimento ético. De acordo com os princípios estabelecidos na NOB-RH/SUAS, é necessário o comprometimento de cada nível de gestão do SUAS com a qualificação e a valorização dos trabalhadores, visando por meio disso a qualidade dos serviços prestados.

De acordo com as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS, definidas na NOB/SUAS, compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões

regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente (BRASIL, 2006, p. 15-16).

No município de São Borja, a relação de poder é muito visível, principalmente no poder político partidário, que precisa ser evitado para não influenciar na consolidação da política de Assistência Social. Os profissionais devem ter clareza dos princípios da política para que isso não se torne um limitador na ampliação de direitos. Nesse sentido, a relação dos vínculos empregatícios é imprescindível para que os profissionais tenham autonomia no seu fazer profissional.

Em vista deste fator, é necessário que os coordenadores sejam concursados, pois é um desafio que fica à política de assistência social do município de São Borja, já que os coordenadores do CRAS, a maioria deles, exercem Cargo de Confiança. Isso pode dar abertura ao fortalecimento do poder político partidário nesse espaço, faz-se necessário estabelecer aos princípios especificados na NOB-RH/SUAS (2006), no qual para exercer tal função deve haver um profissional concursado, de nível superior e com experiência em trabalhos comunitários. Esses princípios vêm com o objetivo de impedir tal influência na política e também impedir que ocorra uma maior rotatividade em cada troca de governo.

São essas algumas limitações que transcorrem o desenvolvimento das ações da política de assistência social no município de São Borja e que dificultam o desenvolvimento de um fazer profissional de qualidade e conseqüentemente a consolidação de espaços garantidores de direitos. Apesar das limitações, considera-se a expansão dos CRAS como um importante espaço de ampliação e consolidação da cidadania na política de Assistência Social.

No próximo capítulo será apresentada a instituição CRAS Arnaldo Matter, do município de São Borja/RS, onde se realizou o estágio I e II, que é o embasamento prático desse trabalho. Também será apresentado o Projeto de Intervenção denominado “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares”.

## **4. DESVENDANDO A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

O presente capítulo tem por objetivo relatar a experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de São Borja/RS. O estágio foi realizado durante o período de 2014/2 e 2015/1, assim salientando a importância do espaço Sócio-ocupacional do Assistente Social, apontando a apreensão do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ArnaldoMatter. Será feita também a apresentação do Projeto de Intervenção denominado “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares”, executado durante o primeiro semestre de 2015.

### **4.1 O Centro de Referência de Assistência Social ArnaldoMatter**

O Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Arnaldo Matter foi inaugurado em 13 de maio de 2007, através da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e cidadania. O CRAS Arnaldo Matter fica situado na Rua Patrício Petit Jean e localiza-se próximo a extensão do rio Uruguai.

Este tem como áreas de abrangência seis vilas: Vila Arnaldo Matter, Complexo Habitacional Mario Roque Weis, Vila Ernesto Dornelles, Vila Alfredo Arno Andres, Vila Progresso e Vila Vicentinos. Seu horário de funcionamento é das 7h 30min às 12h, e das 13h 30min às 17h, de segunda a sexta- feira.

O CRAS Arnaldo Matter conta com equipe interdisciplinar, composta por uma coordenadora (CC de nível médio), uma Assistente Social (contratada), uma cozinheira (concurada), uma recepcionista (concurada), uma atendente (concurada) contando também com alguns funcionários contratados, uma facilitadora de grupos, um estagiária do Serviço Social, um professor de informática (contratado).

A instituição possui um pequeno espaço físico, onde teve que ceder parte para o ESF nº01, portanto sua amplitude física está limitada para atender o público. Neste ambiente consta: sala de recepção (transição, espera, acolhimento e atendimento), sala da Assistente Social (atendimento individual, entrevista com a família e individuo), sala da coordenação, sala de multiuso (grupos de convivência,

cursos de artesanatos, reuniões, grupos socioassistenciais), sala administrativa, cozinha (copa para o preparo dos lanches) três banheiros e uma sala de informática, totalizando em nove salas destinadas a ocupações.

O espaço físico constitui fator determinante para o reconhecimento do CRAS como lócus no qual os direitos socioassistenciais são assegurados. É imprescindível que a infra-estrutura e os ambientes do CRAS respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais da proteção social básica nela ofertados. Todos os CRAS são obrigados a dispor espaços necessários (BRASIL, 2009, p.48).

O CRAS Arnaldo Matter tem sede própria, conta também com materiais de cunho pedagógico, brinquedos para crianças do grupo de convivência; materiais para produção nos cursos, mesas, cadeiras para os trabalhos desenvolvidos com os grupos; um micro-computador administrativo e um na sala da Assistente Social, um telefone, uma impressoras, um retroprojeto, uma Televisão e um DVD; uma cozinha montada e equipada com materiais necessários para realização de refeições. Pode contar ainda com um veículo cedido pela Prefeitura Municipal, que está à disposição da instituição num dia da semana, para serem feitas as visitas domiciliares de longa distância.

O público alvo da instituição é de famílias moradoras das vilas de abrangência, que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, de gênero ou por deficiência, dentre outras).

O CRAS tem por objetivo de incluir as famílias socialmente dentro de uma esfera de proteção, de prevenção de risco e de promoção através de ações que estimulem o desenvolvimento físico, psicológico e social dos atendidos. Atende diferentes fragmentos populacionais, como crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e deficientes.

As principais demandas e expressões da questão social visíveis nesse território são:

- \* baixa escolaridade dos usuários com predominância do ensino fundamental completo, incompleto e analfabetos;
- \* renda da maioria dos usuários abaixo de um salário mínimo;
- \* alto de índice de idosos no território de abrangência;

- \* grande procura pelo CRAS pelo benefício eventual Cesta Básica;
- \* pouca participação dos sujeitos em outras atividades desenvolvidas no CRAS;
- \* precarização das relações de trabalho e desemprego.

Dentro da realidade do CRAS Arnaldo Matter são apresentadas diversas expressões da Questão Social pelos usuários. Essas expressões e suas formas de rebeldia e resistência são objeto de trabalho do Assistente Social. Iamamoto (1999) define o objeto de trabalho do Assistente Social da seguinte maneira;

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (IAMAMOTO, 1999, p. 28).

Desse modo, a questão social representa não só as desigualdades, mas também o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Por isso, ela é uma categoria que reflete a luta da população excluída, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos culturais.

No atendimento a tais demandas e em acordo com os outros CRAS existentes no município, são realizadas as atividades do PAIF e outras correspondentes à política de assistência social no município, com o objetivo de procurar garantir ao usuário da política a conquista de seus direitos.

Nessas ações é imprescindível a presença do profissional Assistente Social na execução, implementação e planejamento, visto que fazem parte do instrumental técnico operativo desse profissional. Devem ser efetivadas procurando conhecer a realidade dos usuários, a da instituição e a do território, para que, de forma crítica e propositiva, venha a intervir na realidade, buscando a transformação desta.

Além dessas ações, há outras que são desenvolvidas nesse espaço, como: entrevista; visitas domiciliares; palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; grupo: oficina de convivência e de trabalho socioeducativo para famílias e indivíduos; ações de capacitação e de inserção produtiva;

encaminhamentos a outras políticas públicas e acompanhamento de famílias, seus membros e indivíduos; reuniões da rede e ações comunitárias; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; campanha do agasalho; casamento civil comunitário; Lei Municipal nº 4.662 de 31 de dezembro de 2009; autorização de benefícios eventuais como: cestas básicas, auxílio funeral, 2ª via de registro de nascimento, casamento e óbito, passagens para itinerantes, fotos para documentos pessoais; encaminhamento e orientação sobre o Benefício de Prestação Continuada/ BPC; encaminhamento de Carteiras de Passe Livre para o transporte coletivo na zona urbana do Município, às pessoas com Deficiência conforme Lei nº 3.981/2008; para emissão da Carteira de Passe Livre intermunicipal; cadastro no Programa Bolsa Família e atualizações do cadastro; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para Crianças de 0 a 6 anos; serviço para Idosos – grupos de Convivência; grupo de convivência de mulheres; grupo de gestantes e grupo de geração de renda (SÃO BORJA, 2010).

Todas essas ações têm por objetivo inserir os usuários na rede de proteção social básica da política de assistência social, a fim de garantir-lhes os direitos e uma melhor qualidade de vida.

Os CRAS têm sido um espaço significativo de consolidação da proteção social do Estado, no atendimento a demandas sócio territoriais dos usuários da política de Assistência Social. Esta instituição trabalha na perspectiva de ampliação e consolidação da cidadania para superar as principais limitações impostas à política no município e comprometer-se com os usuários na efetivação e consolidação de seus direitos.

O Assistente Social, como um profissional que atua diretamente no âmbito das políticas sociais, também perpassa mudanças no mundo do trabalho que invadem até mesmo a esfera estatal, que é um de seus maiores empregadores. De acordo com Iamamoto (1999):

O assistente social é o profissional que trabalha com as políticas sociais, de corte público ou privado e não resta dúvida ser essa uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo (IAMAMOTO 1999, p. 58).

Como refletimos anteriormente, o objeto de trabalho do assistente social é a questão social em suas múltiplas expressões: desemprego, fome, falta de acesso às

políticas públicas, moradia precária, falta de informação sobre os direitos sociais, de saúde, habitação entre outros. O assistente social precisa estar atento a essas expressões da questão social, unindo-as à totalidade social e compreendendo-as para realizar a sua intervenção e superação das desigualdades sociais.

Para o atendimento das demandas postas à intervenção profissional, o assistente social pauta-se no método dialético-crítico, que procura, através do movimento histórico da realidade, apreender as contradições existentes com vistas a estabelecer um olhar crítico sobre a realidade, contribuindo para transformação da mesma

No próximo item deste capítulo será relatada a intervenção profissional do Assistente Social, vivenciada por meio da experiência de estágio, principalmente a partir da sistematização do projeto de intervenção (realizado junto ao Grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de criança de 0 a 6 anos).

#### **4.2 O Projeto de Intervenção Junto ao Grupo de Convivência de Crianças de 0 a 6 anos no CRAS ArnaldoMatter: “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares”.**

Esse Relato de Experiência baseia-se no método dialético crítico, que através do movimento histórico da realidade apreende as contradições existentes, por meio de um olhar crítico e contribuindo para sua transformação (GADOTTI, 1983).

Consiste em um estudo com base nos documentos elaborados durante o processo de estágio I e II, sendo inicialmente feita uma abordagem teórica reflexiva, baseada em vários autores(sobre a História Social da Família, a Política de Assistência Social e também o Estatuto da Criança e Adolescente).

O Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II faz parte do processo de aprendizagem, possibilita ao acadêmico a aproximação com a prática profissional, estabelecendo o movimento reflexivo da relação teoria e prática. Por meio dele é possível apreender os processos de trabalho do Assistente Social no seu cotidiano, a fim de estabelecer mediações que venham contribuir para a transformação de determinada realidade.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a

realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS,2010, p.11).

Este trabalho tem como base o Relato de Experiência do Estágio, vivenciado por meio da inserção da acadêmica no espaço sócio-ocupacional CRAS Arnaldo Matter no município de São Borja– RS. Salienta-se o Projeto de Intervenção desenvolvido junto ao Grupo de Convivência de Criança de 0 a 6 anos. Assim, torna-se relevante salientar como se deu esse processo e a sua importância na formação profissional.

O estágio dividiu-se em dois momentos (semestres) e foi acompanhado sistematicamente pelo supervisor acadêmico e supervisor de campo por meio da elaboração de documentos como Análise Institucional, Plano de Estágio, Diário de Campo, Projeto de Intervenção e Relatório Final de Estágio, bem como por meio de reflexões teórico-práticas feitas por intermédio das supervisões.

O primeiro momento do Estágio consiste de observação da realidade inserida, ação imprescindível para o conhecimento sócio institucional. Já no segundo momento do Estágio, propõe-se uma ação interventiva por meio do projeto de intervenção.

O estágio é o lócus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso deve ser planejada gradativamente e sistematicamente (BURIOLLA, 2006, p. 13).

O Projeto de Intervenção “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares” caracteriza-se por estar direcionado às crianças de zero a seis anos, e suas respectivas mães ou responsáveis. São pertencentes ao grupo formado no referido espaço institucional aproximadamente 08 pessoas que, em quase totalidade, são oriundas de famílias em vulnerabilidade social e beneficiárias do programa bolsa família.

A intervenção na realidade dessas famílias se faz necessário, de maneira que levasse às mães participantes a uma aproximação maior da realidade vivenciada com seus filhos e oferecendo qualidade a essa relação, por meio de brincadeiras e diálogos.

O objetivo geral do Projeto foi contribuir no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com o grupo de crianças de 0 a 6 anos e suas mães, a fim de fortalecer vínculos familiares (PIMENTEL, 2015).

Com relação aos objetivos específicos, pretendia-se: proporcionar momentos de reflexão e conscientização, por meio de palestra com profissionais capacitados; desenvolver atividades recreativas que propiciem momentos de lazer, de socialização de aproximação entre mães e filhos; promover a prática de atividades coletivas (PIMENTEL, 2015).

O projeto justifica-se pelo fato das mães não participarem das atividades do CRAS com seus filhos, pois em seus pensamentos o CRAS era um espaço onde deixavam seus filhos a qual iriam brincar com a orientadora Social enquanto as mesmas descansavam. O perfil das mães que freqüentam o Grupo de Convivência no CRAS Arnaldo na suas maiorias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Quanto à escolaridade, duas é analfabeta ou semi-analfabeta.

Considera-se, pois, relevante tal ação junto ao Grupo de convivência e Fortalecimento de Grupo com criança de 0 a 6 anos proporcionando a reflexão de seus direitos, ainda que em processo inicial, mas que se constitui numa tentativa de ampliação e consolidação de um espaço democrático de publicização dos seus direitos, fortalecendo o protagonismo político desses. O planejamento das atividades do projeto se deu de forma contínua junto do Grupo, contribuindo para o processo de valorização e ampliação da participação de mães e filhos no conhecimento de seus direitos.

A intervenção se deu no período de um mês, totalizando cinco encontros que aconteceram semanalmente, na segunda-feira e no período da tarde das 15h00mi, às 16h00min. Para o alcance dos objetivos propostos no projeto de intervenção foram realizadas várias atividades, conforme descrição a seguir.

No primeiro encontro foi apresentado o projeto “Brincando e Aprendendo com Amor: Fortalecendo os Vínculos Familiares”, onde os participantes do grupo foram convidados a participar da dinâmica “Quem sou e quem é ele(a)”, onde a mãe se apresentava e depois apresentava o filho(a). Tal dinâmica possibilitou à estagiária conhecer os usuários. Essa atividade mostra-se muito importante em relação ao grupo, procurando fazer uma escuta reflexiva com os participantes. “A escuta reflexiva na pratica profissional permite identificar outras situação de vulnerabilidade

social que não são apresentadas inicialmente pelo usuário” (SPEROTTO, 2009, p.34).

Para Barbier (2002), o observador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para compreender as atitudes, comportamentos e idéias, de valores de símbolos ou mitos. A escuta sensível entende a aceitação completa de outro e o ouvinte sensível não julga, não mede, não compara, entende sem aderir ou se identificar as opiniões dos outros, o que é dito ou feito.

No segundo encontro, as mães foram convidadas a participar de uma Roda de Conversa sobre a importância dos vínculos afetivos e também a fazer uma reflexão sobre a LEI Nº 13.010, de 26 de Junho de 2014(intitulada como Lei da Palmada).Refletiu-se sobre como a “Lei da Palmada” altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que estabelece o direito da criança e adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante.

Foi aberta ao grupo a participação no sentido de relatar a prática vivencial no seu dia-a-dia, se realmente essa lei é efetivada ou não. Com base nos relatos, duas mães enfatizaram que agredem seus filhos com puxões de orelhas, beliscões e tapas, ficando claro que as primeiras agressões ocorrem dentro de casa (pelos pais), com a “simples palmadinhas”.

Minha mãe me batia, e não morria, se eu bater no meu filho ele também não morre, olha para mim estou aqui viva e bela (SENHORA X).

Ou ainda

Só uma palmada não vejo nenhum problema, se eu não ensino o outro ensina, minha mãe me deixava de castigo quando fazia algo errado, ela me educou assim (SENHORA Y).

É visível que a violência física venha sendo utilizada como recurso na educação das crianças. Os pais ou responsáveis têm a intenção de educar os filhos menores e utilizam o “direito” de castigar seus filhos. Ainda assim, “o castigo é uma punição, uma sanção a algo considerado como errado. Esse castigo pode ser como punição corporal, também chamada de castigo físico, ou de outra forma como privação de algo” (SOUZA, 2011, p 26).

Em relação à fala da usuária, percebe-se que o uso de castigo é algo naturalizado, pois sua mãe utilizava esse método para educá-la e a mesma faz com os seus filhos. A estagiária pode fazer essa reflexão a fim de quebrar esse tabu que é presente em nosso cotidiano e incorporado fortemente as tradições impostas pela sociedade.

Foi bem interessante tirarmos todas as dúvidas, assuntos que acontecem no dia-dia nosso, teve o assunto que tiramos as dúvidas sobre a lei de bater coisa que não sabíamos e que ficamos sabendo (SENHORA A).

A criança e adolescente têm o direito de ser educados sem uso de agressões e os pais têm o dever de cuidá-los, educá-los e protegê-los. A Lei debatida objetivasalientar a importância da garantia dos direitos da criança e do adolescente, buscando formar um novo olhar para a criança, sendo sinônimo de vida, crescimento, dignidade, atenção e respeito.

No terceiro encontro foi realizada uma palestra com a profissional de nutrição, a fim de elucidar sobre a importância da alimentação saudável, assim incentivando as famílias a mudar seus hábitos alimentares, motivando as crianças a consumir alimentos saudáveis.

Para uma melhor compreensão, a nutricionista expôs em uma mesa os alimentos saudáveis e os não saudáveis, apontando às crianças que alguns alimentos devem ser consumidos com moderação(como por exemplo o refrigerante, suco de saquinho, balas, chicletes, salgadinho entre outros), pois não oferecem os nutrientes necessários para o crescimento das mesmas. Também podem elevar os riscos de desenvolvimento de obesidade e complicação futuras, como a diabetes.

A nutricionista montou pratos coloridos e atraentes com frutas para as crianças reconhecerem cores e texturas e os diferentes sabores dos alimentos, reconhecendo aqueles alimentos que fazem bem a saúde, bem como incentivando a descoberta de novos sabores.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um Profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 1999, p.20).

O objetivo da intervenção da estagiária foi de proporcionar uma prática inovadora diferenciada daquela tradicional, enfatizando informações aos usuários por meio de palestra preventivas.

No quarto encontro foi trabalhada a dinâmica da “Montanha Russa”, para promover integração entre mãe e filho, contribuindo com o fortalecimento de vínculo e proporcionando momentos de recreação.

A dinâmica proposta permitia, através de uma fila indiana (todos sentados com os olhos vendados), que todos pudessem se imaginar em um parque de diversões com seus filhos, onde pudessem brincar e se divertir. Nessa dinâmica procurou-se refletir junto às mães a importância de brincarem com seus filhos, aspecto esse imprescindível para o fortalecimento dos laços afetivos. Para Sousa, a dinâmica de grupo:

[...] é uma técnica [...], com vistas a permitir que os membros do grupo produzam uma reflexão acerca de uma temática definida. No caso do Serviço Social, uma temática que tenha relação com o objeto de sua intervenção – as diferentes expressões da “questão social”(SOUSA, 2008, p. 127).

O profissional Assistente Social tem o compromisso de voltar sua atenção a essas famílias. Para isto, dispõe de diversos instrumentos e a dinâmica é um deles.

No quinto encontro, foi realizado o encerramento do projeto. A estagiária preparou cupcakes, que as mães decoraram para seus filhos, e os filhos fizeram a mesma coisa para as mães. O objetivo era mostrar que os filhos são importantes na vida delas, a fim de estar fortalecendo esse laço, para que não seja rompido. Cada grupo da instituição:

Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Possui articulação com os Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidadedesociofamiliar da política de assistência social (BRASIL, 2013, p.14).

Nessa perspectiva, percebe-se que as ações trabalhadas pelos profissionais, no CRAS Arnaldo Matter estão fragmentadas. Não conseguem realizar os objetivos previsto na Tipificação, na descrição específica do serviço para criança até 6 anos.

Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. [...] Desenvolve atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos familiares, gestantes e nutrizes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centradas na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança pequena (BRASIL, 2009, p.10).

As ações desenvolvidas no CRAS Arnaldo Matter com criança de 0 a 6 anos são as dinâmicas com crianças e responsáveis, interatividades, filmes, hora do conto, pintura, atividades lúdicas, lazer e acesso aos brinquedos. No entanto, seriam melhor aplicadas se as ações tivessem planejamento sistematizado com metodologias, objetivos, metas. De acordo com o Reordenamento do serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos Passo a Passo (2013), a organização das atividades deve ser responsabilidade dos coordenadores e técnicos, pois esses têm autonomia de organizar as ações nesse espaço.

Além disso, é oportuno pensar que poderia ser dividido o grupo, uma vez que crianças de 0 a 3 anos são bebês e às vezes os brinquedos que são proporcionados não coincidem com a faixa etária. No entanto, ainda é válido pois seria mais uma atividade de interação que visa o fortalecimento de vínculos com as mães ou responsáveis através da música, filme e brincadeiras.

As intervenções com criança de 0 a 6 anos deveriam incluir todas as dinâmicas integradoras entre mães e responsáveis pelas crianças, com propostas lúdicas e educativas. Em vista disso, as prescrições da Tipificação (2009) e as formas como são realizadas no CRAS Arnaldo Matter deveriam ser revistas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo apresentado, ressalta-se que existe ainda um longo caminho a ser percorrido para que se alcance um pleno estado de garantia de direitos para a criança e o adolescente. Contudo, não se pode esquecer e ignorar que grandes avanços já foram conquistados. Discutiu-se que a violência é uma violação do direito à vida e à dignidade dos sujeitos, que interferem no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Diante das colocações apresentadas nesse Trabalho Final de Graduação, fica de aprendizado o enriquecimento da formação acadêmica por meio da prática profissional, o reconhecimento das diversas expressões da questão social constituintes do processo de intervenção profissional, a articulação constante entre teoria e prática, a postura ética e a capacidade de construir conhecimentos, refletindo propositivamente na tomada de decisões.

Os profissionais do Serviço Social necessitam utilizar as mediações necessárias para dentro dos limites institucionais, fazendo com que os usuários acessem seus direitos e sejam reconhecidos como sujeitos dos processos, e não como objetos, sem voz e vez. Só pode existir emancipação por meio do reconhecimento do ser social enquanto ser histórico.

O estágio, portanto, possibilitou a apreensão dos processos interventivos que perpassam o fazer profissional, agindo com postura ética em relação aos usuários na perspectiva de ampliação e consolidação de seus direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade justa.

Desta forma, a oportunidade proporcionada pelo Estágio Supervisionado em Serviço Social, foi de poder ver como se efetivam na prática todas aquelas teorias que nos pareciam tão distantes nas discussões em sala de aula. Desta forma é que se delineia um profissional, vendo as expressões da Questão Social e criando possibilidades de enfrentamento.

A finalidade do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional é enfrentar as expressões da questão social no sentido de contribuir para a redução das desigualdades e o fortalecimento das resistências, na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e da garantia de direitos.

O projeto foi realizado somente com o Grupo de Convivência de criança de 0 a 6 anos, após observar que a maioria das mães não interagem com seus filhos então

tinha o hábito de participar das brincadeiras com os mesmos. A partir dessa observação foi elaborada a ideia para o Projeto de Intervenção.

O projeto se propôs abordar o fortalecimento de vínculos no grupo de convivência, trazendo a intervenção do assistente social com objetivo de obter melhor qualidade de vida aos usuários e suas famílias, a partir da sua intervenção profissional. Em consequência, fez com que os laços familiares não se desvinculassem, sempre visando a autonomia do sujeito.

A intervenção do Assistente Social junto ao grupo foi para visar o fortalecimento dos vínculos, respeitando suas particularidades e fortalecendo-os. Para que estes laços sejam mantidos de forma a contribuir positivamente na construção social desta criança, é expressamente requisitada a intervenção sócio assistencial neste processo, enquanto elemento facilitador, no sentido de estar possibilitando esta reflexão.

Conhecer a realidade das famílias que são atendidas no CRAS possibilitou a apreensão dos processos interventivos que perpassam o fazer profissional, agindo com postura ética em relação aos usuários na perspectiva de ampliação e consolidação de seus direitos e contribuindo para a construção de uma sociedade justa.

Para os usuários do CRAS Arnaldo Matter que participaram do referido projeto, notou-se o estreitamento de laços afetivos entre mães e filhos, abrindo espaço para uma convivência recreativa e a educação participativa. Este fator pode ser notado e mensurado através dos relatos das mães e dos diálogos obtidos entre os profissionais da instituição.

Por fim, entende-se como fundamental que a intervenção do profissional Assistente Social tenha continuidade nesta instituição, tendo em vista os resultados positivos. Espera-se que o projeto tenha continuidade e assim siga orientando os usuários - e também possa alcançar maiores proporções ao ser estendido a outras Instituições.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philip. **HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. (3º capítulo).

BRASIL, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- PNAS/2004**, Brasília 2005.

BRASIL, **ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**, LEI Nº 8.069. DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acessado em: 26 de agosto de 2016.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acessado em: 24 de agosto 2016.

BRASIL, **CÓDIGO DE MENORES DE 1927**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)>. Acessado em: 24 de agosto. 2016.

BRASIL, **IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=rio-grande-do-sul|sao-borja|infograficos:-informacoes-completas>>. Acessado em: 04 de Outubro de 2014.

BRASIL, **IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 10 de Outubro de 2014.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME., POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PNAS/2004**. Brasília /DF, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome – MDS. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA - NOB/SUS**. Brasília /DF, 2005.

BRASIL. **NORMA OPERACIONAL BÁSICA – RECURSOS HUMANOS/ SISTEMA ÚNICO DE ASISTENCIA SOCIAL**. Brasília: 2006.

BRASIL, **LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS**. Lei 8742, de 07.12.1993 Disponível em: <[http://www.univale.br/central\\_arquivos/arquivos/lei-organica-da-assistencia-social.pdf](http://www.univale.br/central_arquivos/arquivos/lei-organica-da-assistencia-social.pdf)>. Acessado em: 12 de Abril de 2015

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. LEI ORGÂNICA DA ASSISTENCIA SOCIAL (LOAS)**. Brasilia/DF, 1993.

BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBARTE A FOME. **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ORIENTAÇÕES TÉCNICAS CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS**, 2009.

BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. **TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**. BRASILIA/DF, 2009.

BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PASSO A PASSO**. BRASILIA/DF, 2013.

BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **REORDENAMENTO DO SERVIÇO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**, Brasília, 2013

BRASIL, **LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm)>. Acessado em outubro de 2016.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO**. 5 ed. São Paulo: Cortez 2006.

CORTEZ, Clarice Zamonaro. **AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA**. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03018.pdf>>. Acessado em: Setembro de 2016.

DEL PRIORE. **A MUHER NA HISTÓRIA DO BRASIL**: raízes históricas do machismo brasileiro, a mulher no imaginário social, "lugar de mulher é na história". São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, Jacques. **A POLÍTICA DAS FAMÍLIAS**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª ed 2001.

ENGELS, Friedrich. **A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

GADOTTI, Moacir. **CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA EDUCAÇÃO**. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANIEDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. São Paulo: Cortez, 1999.

KOCOUREK, Sheila. **NAS DOBRAS DA HISTÓRIA: O Desafio dos Direitos da Criança e do Adolescente na Construção da Cidadania para o Século XXI**. Porto Alegre: Faith, 2009.

KOLOUSTIAN, Sílvio Manoug. **FAMÍLIA BRASILEIRA, A BASE DE TUDO**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada. In FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) **HISTÓRIA SOCIAL DA INFÂNCIA NO BRASIL**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **TRABALHO COM FAMÍLIA: UM DESAFIO PARA OS ASSISTENTES SOCIAIS**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº3, dez. 2004

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: DO SILÊNCIO AO SEU ENFRENTAMENTO**. Porto Alegre, 2010. Disponível em <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/347/1/JOCIELI%20FERRARI.pdf> acessado em 12.12.2016

PIMENTEL, Ana Paula Dias. **DIÁRIO DE CAMPO 01**. Junho de 2015

PIMENTEL, Ana Paula Dias. **DIÁRIO DE CAMPO 02**. Junho de 2015

PIMENTEL, Ana Paula Dias. **BRINCANDO E APRENDENDO COM AMOR: FORTALECENDO OS VÍNCULOS FAMILIARES**. Projeto de Intervenção. Junho de 2015

PINTO, Muriel MAURER Rodrigo. **QUANDO AO GEO-HISTÓRIA AVANÇA SOBRE OS SIGNIFICADOS DE UM ESPAÇO URBANO: AS PAISAGENS CULTURAIS E AS TRANSFORMAÇÕES INDENTÁRIAS DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA, 2014.** EURE (Santiago) vol.04 nº 120.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A ARTE DE GOVERNAR CRIANÇAS: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão, LIMA Antonia Jesuíta. **A INTERVENÇÃO PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DO TRABALHO INFANTIL:** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 425-442. jul./dez. 2007.

SÃO BORJA. **CARTILHA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**SMTASC, 2010.

SILVA, Eduardo Rodrigues. **A CRIANÇA, A INFANCIA E A HISTÓRIA.** Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=368>>. Acessado em: 08.11.2016

SIMÕES, Carlos. **CURSO DE DIREITO DO SERVIÇO SOCIAL.** São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Celina; CARVALHO, Inaiá M. M. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. **LUA NOVA.** (online)nº. 48. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000300011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000300011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acessado em: Setembro de 2016.

SOUZA, Nayane Valente de. **PODER FAMILIAR: OS LIMITES NO CASTIGO DOS FILHOS.** Brasília: Uniceub, 2011.

SPEROTTO, Neila. **INSTRUMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL.** Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

YAZBEK, Carmelita Maria. **AS AMBIGUIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL BRASILEIRA APÓS DEZ ANOS DE LOAS.** In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 77, ano XXV. São Paulo: Cortez, 2004.